

1. INTRODUÇÃO

A **WLM Indústria e Comércio S.A.**, está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social “**WLM**” ou por “**Companhia**” e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

CONTROLADAS E COLIGADAS	NOME FANTASIA	ÁREA DE ATUAÇÃO / ESTADO
Controladas operacionais Equipo Máquinas e Veículos Ltda. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. Fartura Agropecuária S.A. Itapura Agropecuária Ltda. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Equipo Quinta Roda Itaipu Itaipu Norte Fartura Itapura São Sebastião	Rio de Janeiro São Paulo e Minas Gerais Minas Gerais Pará e Amapá Sul do Pará e norte do Mato Grosso Sul de Minas Gerais e São Paulo Norte do Mato Grosso e sul do Pará
Controladas descontinuadas Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	Superágua Sumasa	Minas Gerais Pará
Coligadas descontinuadas Metalúrgica Plus S.A. Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Metalplus Plenogás	Paraná Paraná

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A **WLM Indústria e Comércio S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 – 19º andar - Flamengo, registrada na *BM&F Bovespa* desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através de uma rede de dezoito concessionárias de veículos da marca **Scania**: **Equipo** (*Rio de Janeiro*), **Quinta Roda** (*São Paulo e Minas Gerais*), **Itaipu** (*Minas Gerais*), e **Itaipu Norte** (*Pará e Amapá*), todas com a certificação mundial **D.O.S. (Dealer Operating Standard) - Scania**, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – com fazendas em diversos estados do Brasil, dedicadas ao agronegócio, a WLM atua por meio da **Fartura** (*Sul do Pará*) e **São Sebastião** (*Norte do Mato Grosso*) na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (*região de Campinas/SP*) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (*Sul de Minas Gerais*) na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações consolidadas somente quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo, conforme permitido pelo IFRS.

Dando cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM 480/09, a diretoria executiva da Companhia declara que procedeu a revisão, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, encaminhando em seguida para o Conselho de Administração que autorizou a sua emissão em 21 de março de 2013.

3.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos (aplicações financeiras), em moeda estrangeira, no fechamento do período são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem característica de disponíveis para venda e estão registradas acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

e) Quotas de consórcio

Quotas de consórcio adquiridas, substancialmente, de seus clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio. Os valores são atualizados monetariamente até a data do balanço e se aproxima ao valor justo.

f) Impostos a recuperar e créditos tributários

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

g) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado ou de realização.

h) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

i) Operações com partes relacionadas (ativo não circulante e passivo circulante)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados, em sua maior parte, pela variação da taxa SELIC.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

A Companhia registra provisão para passivo a descoberto de empresas controladas e coligadas na rubrica provisão para perdas de investimentos (nota 24).

k) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna o seu custo para a contabilização subsequente.

l) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 19.

m) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

n) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

o) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

p) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

q) Dividendos a pagar

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia seguiu conforme estabelecido no art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social. Dessa forma, registrou a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, este apresentado no passivo circulante no grupo "Dividendos a pagar", conforme divulgado na nota explicativa 23.

r) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em demandas judiciais de natureza tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base na opinião de seus consultores jurídicos. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários e cíveis estão descritos na nota explicativa 26.

s) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido, quando aplicável, pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias: de ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado; investimentos mantidos até o vencimento; recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda; e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

t) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v) Novas normas e interpretações não aplicáveis no exercício de 2012

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 18 é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	A revisão do CPC 19 contempla ainda a alteração de seu nome original CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) para CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto e sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 33 é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 45 é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 46 é: (a) definir valor justo; (b) estabelecer em um único Pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (c) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; realização dos créditos tributários diferidos; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3) e IAS 34, abrangendo as informações anuais das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Empresas controladas	Participação no capital subscrito e integralizado	
	2012	2011
Operacionais		
Equipo	100,00	100,00
Quinta Roda	100,00	100,00
Itaipu	100,00	100,00
Itaipu Norte	100,00	100,00
Fartura	99,16	99,16
Itapura	100,00	100,00
São Sebastião	100,00	100,00
Descontinuadas		
Superágua	100,00	100,00
Sumasa	100,00	100,00

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;

- b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

6. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia esta apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas.

A WLM possui duas empresas controladas com operações descontinuadas:

· ***Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.***

Constituída originalmente para a execução de um projeto de manejo sustentável para exploração do comércio e indústria de madeiras devidamente aprovado pelo IBAMA, por opção da Companhia, teve as suas atividades adiadas devido a questões de mercado e ambientais; e

· ***Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.***

Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas CAXAMBU, LAMBARI, ARAXÁ e CAMBUQUIRA, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial.

O resultado negativo das operações descontinuadas (2012 - R\$ 5.273) e (2011 - R\$ 260), é totalmente atribuído a controladora.

Do lucro líquido do exercício, R\$ 34.582 (2011- R\$ 38.148), o montante de R\$ 34.612 é atribuível aos acionistas controladores (2011- R\$ 38.154).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	147	547	2.824	12.050
	147	547	2.824	12.050
<u>MOEDA NACIONAL</u>				
CDB Bradesco (CDI 99% a 102,30%)	7.000	26.056	7.000	26.056
Fundo BMB (CDI 100%)			208	122
Fundo - Bradesco (CDI 100%)			146	16.943
	7.000	26.056	7.354	43.121
<u>Fundos de Investimentos</u>				
Real Santander (CDI 100%)	9.559	32.797	9.559	32.796
Itaú-Unibanco (CDI 100% a 102%)	8.134	47.745	45.813	74.656
	17.693	80.542	55.372	107.452
<u>MOEDA ESTRANGEIRA</u>				
Itaú-Unibanco Miami - Brandywine Global		1.756		1.756
		1.756		1.756
Total de caixa e equivalentes de caixa	24.840	108.901	65.550	164.379

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, bem como a quotas de fundos de investimentos, possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates e os valores em moeda estrangeira correspondem a operações de depósitos bancários firmados em dólar e da mesma forma possuem liquidez imediata. Os valores de aplicações financeiras em moeda estrangeira forma resgatados e aplicados em outros instrumentos financeiros de moeda nacional.

Em 2012, a Administração da Companhia concluiu pela transferência das aplicações financeiras de alguns instrumentos que no exercício findo de 2011 eram mantidos como equivalentes de caixa (nota 8), em virtude de mudança na intenção de sua utilização.

A seguir demonstramos a conciliação destes valores:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2011	108.901	164.379
<u>TRANSFERÊNCIA PARA APLICAÇÃO</u>		
Fundo - Bradesco (CDI 100%)	(10.743)	(10.743)
Real Santander (CDI 100%)	(8.337)	(8.337)
Itaú-Unibanco (CDI 100% a 102%)	(31.648)	(31.648)
TOTAL DE TRANSFERÊNCIA	58.173	113.651
<u>SALDO DE 2011 AJUSTADO</u>	58.173	113.651
Variação do exercício de 31 de dezembro de 2012	(33.333)	(48.101)
	(33.333)	(48.101)
Total de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 31 de dezembro 2012	24.840	65.550

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 35.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
MOEDA NACIONAL				
CDB				
BMB (CDI 100%) - vencimento dez/2011 a jul/2022	7.748	7.328	7.748	7.328
Itaú-Unibanco (CDI 100% a 102%) - vencimento 11/2011		6.363		6.363
Bradesco (CDI 99% a 102,30%)	10.744		10.744	
Caixa Econômica Federal (CDI 100%)	6.899		6.899	
	<u>25.391</u>	<u>13.691</u>	<u>25.391</u>	<u>13.691</u>
Fundos de Investimentos				
Real Santander (CDI 105%)	8.337		8.337	
Itaú-Unibanco (CDI 100% a 102%)	34.771		34.771	
Brasil - vencimento 09/2012	17.334		17.334	
	<u>60.442</u>		<u>60.442</u>	
MOEDA ESTRANGEIRA				
Itaú-Unibanco Miami - CSN Island - vencimento jan/2015		1.008		1.008
Itaú-Unibanco Miami - GTL Trade Finance - vencimento jan/2015		1.077		1.077
		<u>2.085</u>		<u>2.085</u>
Total de aplicações financeiras	<u>85.833</u>	<u>15.776</u>	<u>85.833</u>	<u>15.776</u>

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e em moeda estrangeira classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalentes de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgate antes do vencimento contratado, a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como no aumento da carga tributária.

As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas a valor justo e classificadas como disponíveis para venda. No tocante aos CDBs a Administração poderá, ou não, exercer a opção de resgate antes do vencimento. Esta opção se dará caso haja melhores alternativas de mercado. A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimento; no entanto, diante de melhores alternativas, esta opção poderá ser exercida.

Os ativos financeiros em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda no exercício de 2011, foram resgatados e reaplicados em outros instrumentos de moeda nacional.

O aumento no saldo das aplicações está relacionado com a transferência de instrumentos que, em 2011, eram considerados como equivalentes de caixa (nota 7).

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxa de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na nota explicativa 36.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Equipo	15.946	5.895
Quinta Roda	35.619	9.031
Itaipu	57.055	39.312
Itaipu Norte	8.442	7.200
Itapura	26	60
São Sebastião		174
Total	117.088	61.672

10. QUOTAS DE CONSÓRCIO - CONSOLIDADO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Equipo	430	563
Quinta Roda	10.595	8.743
Itaipu	895	1.138
Itaipu Norte	60	
Total	11.980	10.444

O saldo apresentado refere-se a quotas de consórcio adquiridas, substancialmente, de seus clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IRRF sobre aplicações financeiras	1.403	2.091	1.409	2.111
IRRF sobre mútuo	68	77	68	77
IRRF sobre juros de capital	1.168	955	1.168	955
Imposto de renda	278	185	306	240
Contribuição social		166		167
ICMS a recuperar			878	390
Outros	12		507	523
Total	2.929	3.474	4.336	4.463
Circulante	2.929	3.474	4.273	4.412
Não circulante			63	51

12. ESTOQUES - CONSOLIDADO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Caminhões e peças	27.796	22.269
Café	432	341
Material de consumo	63	96
Estoque em formação (café, milho e milheto)	523	349
Total	28.814	23.055

O estoque de café refere-se a produtos agrícolas mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 – Estoques.

Com relação ao estoque em formação - café, milho e milheto - a Companhia entende que está substancialmente próximo ao valor justo.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS - CONSOLIDADO

CIRCULANTE

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Demonstrados pelo valor justo		
Bezerras (8 a 12 meses)	1.105	37
Novilhas	1.073	1.731
Bezerros (8 a 12 meses)	779	2
Novilhos	855	902
Bois	341	943
Subtotal	4.153	3.615
Demonstrados pelo custo de produção		
Rebanho em formação	3.500	3.294
Bezerras (0 a 7 meses)	1.502	1.399
Bezerros (0 a 7 meses)	1.419	1.946
Subtotal	6.421	6.639
Rebanho bovino	10.574	10.254
Total do circulante	10.574	10.254

NÃO CIRCULANTE

DESCRIÇÃO	TOTAL ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
Touros	Até 10%	1.291	1.709
Tourinhos	Até 10%	250	615
Vacas	Até 10%	13.213	14.514
Rebanho bovino	Até 10%	14.754	16.838
Rebanho equino	Até 10%	32	40
Cultura permanente - café	Até 4%	575	650
Total do não circulante		15.361	17.528
Total dos ativos biológicos		25.935	27.782

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, demonstrado pelo valor justo, considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços praticados nas regiões onde estão localizados os ativos, volume de produtividade e tendência do mercado, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação.

Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda seguindo as premissas em sua apuração:

- (i) Os preços do rebanho bovino, rebanho equino e cultura permanente são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área, no caso do rebanho bovino são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- (ii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos".
- (iii) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

14. LUCROS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
<u>Lucros</u>		
Equipo		3.000
Quinta Roda	7.000	6.000
Itaipu	10.000	6.000
Total	17.000	15.000
<u>Juros sobre o capital próprio</u>		
Equipo	892	688
Quinta Roda	1.631	1.522
Itaipu	2.745	2.082
Itaipu Norte	1.351	1.122
Total	6.619	5.414
Total proposto	23.619	20.414
Total recebido desde a proposição	(23.288)	(19.972)
Total a receber	331	442

15. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

Empresas	CONTROLADORA			
	Ativo Não Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Controladora				
Sajuthá			111	106
Controladas				
São Sebastião	141			
Fartura	3.911	2.442		
Itapura	272	362		
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	1.128	
Plenogás (*)				1.128
Total	4.626	3.106	1.239	1.234

(*) Coligadas não consolidadas.

Empresas	CONSOLIDADO			
	Ativo Não Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Controladora				
Sajuthá			111	106
Empresas coligadas				
Metalplus (*)	302	302		
Plenogás (*)			1.128	1.128
Total	302	302	1.239	1.234

(*) Coligadas não consolidadas.

Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 111, totalizando no exercício R\$ 1.304 (2011 - R\$ 371).

As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC.

As transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fartura e Itapura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 18.

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais	349	513	668	741
Total	349	513	668	741

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo, até a solução dos litígios a que estão arrolados.

17. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

	SEGMENTO AUTOMOTIVO				
	EQUIPO	QUINTA RODA	ITAIPU	ITAIPU NORTE	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	33.178	50.315	71.353	28.112	182.958
Distribuição de lucros		(7.000)	(10.000)		(17.000)
Juros sobre capital	(1.050)	(1.920)	(3.230)	(1.590)	(7.790)
Equivalência patrimonial	2.857	8.311	14.279	4.605	30.052
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	34.985	49.706	72.402	31.127	188.220

	SEGMENTO AGROPECUÁRIO			
	FARTURA	S. SEBASTIÃO	ITAPURA	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	65.132	37.244	27.035	129.411
Aumento de capital			1.614	1.614
Equivalência patrimonial	(3.378)	(489)	(1.455)	(5.322)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	61.754	36.755	27.194	125.703

	DESCONTINUADAS			
	SUPERÁGUA	SUMASA	OUTROS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	178	43	849	1.070
Aumento de capital		50		50
Equivalência patrimonial	(178)	(14)		(192)
SCP Copacabana			4.736	4.736
Reversão de provisão para perdas			13	13
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	-	79	5.585	5.677

SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	313.439
SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	319.600

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO	CONTROLADORA			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas operacionais				
Equipo	34.985	2.809	33.178	5.301
Quinta Roda	49.706	8.283	50.315	12.051
Itaipu	72.402	14.261	71.353	22.548
Itaipu Norte	31.127	4.602	28.112	6.706
Fartura	65.693	(4.164)	69.286	(1.265)
Itapura	31.615	(1.741)	31.757	(965)
São Sebastião	54.204	(840)	54.926	1.434
Controladas descontinuadas				
Superágua (*)	(2.784)	(5.260)	178	(260)
Sumasa	79	(14)	43	
Coligadas descontinuadas				
Metalplus (*)	(681)	(134)	(547)	(91)
Plenogás (*)	(884)	324	(1.208)	(230)

(*) É mantida provisão para passivo a descoberto da controlada Superágua e das coligadas Metalplus e Plenogás, refletida na rubrica Outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 24.

PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS	CONTROLADORA					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Controladas operacionais						
Equipo	3.429.008	100,00		3.429.008	100,00	
Quinta Roda	1.570.215	100,00		1.570.215	100,00	
Itaipu	4.303.152	100,00		4.303.152	100,00	
Itaipu Norte	13.999.999	100,00		13.999.999	100,00	
Fartura	1.595.253	94,00	5,16	1.595.253	94,00	5,16
Itapura	26.054.557	86,02	13,98	24.504.557	85,13	14,87
São Sebastião (*)	11.166.742	67,81	32,19	11.166.742	67,81	32,19
Controladas descontinuadas						
Superágua (**)	1.499.540.822	100,00		1.499.540.822	100,00	
Sumasa	1.840.249	100,00		1.840.249	100,00	
Coligadas descontinuadas						
Metalplus (**)	3.000	33,33		3.000	33,33	
Plenogás (**)	1.384.308	33,33		1.384.308	33,33	

(*) Ações - 01/01/2009 / Quotas - 31/12/2009 e 31/12/2010

(**) É mantida provisão para passivo a descoberto da controlada Superágua e das coligadas Metalplus e Plenogás, refletida na rubrica Outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 24.

. SCP Copacabana

A WLM, sócia participante - em conjunto com Infra Engenharia e Consultoria Ltda. - sócia ostensiva, participa com 95% do capital na Sociedade em Conta de Participação denominada SCP COPACABANA, que tem como objetivo a prospecção, estudos preliminares, análise financeira, prospecção e união de investidores, negociação e compra de terreno, elaboração dos projetos, obtenção de licenças e alvarás, construção e venda de 160 unidades habitacionais, com metragem de aproximadamente 48m2 cada, na localidade Rua Eva Weigert de Souza, 30, Bairro Roca Grande, Colombo Paraná.

As unidades habitacionais, após a sua conclusão, serão vendidas às famílias participantes do Programa do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida”.

O valor aproximado dos investimentos da companhia, na SCP COPACABANA, é de R\$ 6.000 mil.

Em conformidade com o cronograma de execução da obra, a Companhia aportou neste exercício o valor de R\$ 4.736 mil que, somados aos R\$ 742 mil aplicados em 2011, totalizam R\$ 5.478 mil.

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O saldo no valor de R\$ 77.247, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 32.004), corresponde às propriedades para investimento que estão arrendadas a partes relacionadas, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 05 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com as arrendatárias. O detalhamento das propriedades para investimento pode ser descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatária	Arrendante	Parte relacionada	Prazo do contrato	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000m² (136,68ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.	Itapura Agropecuária Ltda. CNPJ Nº 44.624.179/0001-23 Praia do Flamengo, 200 19º Parte - Flamengo Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 31 de março de 2017	R\$ 20,00 mensais por hectare
Área de 7.471,54ha, localizada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com o título em fase de registro junto a Matrícula 904, no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia - PA, e as matrículas 4336 e 4337 em fase de transferência de propriedade e registro imobiliário.	Fartura Agropecuária S.A. CNPJ 05.427.471/0001-02 Praia do Flamengo, 200 19º Parte - Flamengo Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 05 de maio de 2014	R\$ 36.000,00 mensais

Esses bens foram transferidos do ativo imobilizado para propriedade para investimento, uma vez que não eram mais utilizados pela Companhia, sendo decidido pela Administração que estes seriam arrendados. Adicionalmente para esses arrendamentos não ocorreram transferências de riscos e benefícios aos arrendatários.

Quando da adoção inicial, o valor justo dos terrenos, conforme definido pelo CPC 28 - Propriedade para investimentos (IAS 40), foi mensurado com base em laudo de avaliação preparado pela Administração da Companhia por pessoal técnico especializado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da amostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

O resultado dessa avaliação totalizou R\$ 32.004, sendo R\$ 24.533 para o Imóvel rural localizado na Estrada Municipal JGR 365 - Jaguariúna/SP, e R\$ 7.471 para o lote 41 situado na região designada por Campo Alegre - Santana do Araguaia/PA, gerando um acréscimo ao custo das propriedades para investimento no montante de R\$ 7.623, registrado no balanço consolidado. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio líquido da Companhia no grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", líquida dos impostos diferidos incidentes.

Neste exercício, a Companhia voltou a avaliar esses imóveis e registrou um acréscimo de R\$ 45.243, referente ao imóvel localizado na Estrada Municipal JGR 365 - Jaguariúna/SP, com base em laudo de avaliação preparado pela empresa DI Perícias e Avaliações. A avaliação foi realizada com base nas normas para avaliação de imóveis do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, em consonância com a lei federal 5.194 e pelas diretrizes da NBR 14.653 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da mostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente. A contrapartida desse valor foi registrada no resultado do exercício na rubrica "Ajuste a valor justo das propriedades para investimentos". Sobre esta avaliação foram reconhecidos os tributos diferidos no valor de R\$ 15.382, apresentados na demonstração do resultado com a denominação de "imposto de renda e contribuição social diferido", tendo como contrapartida o passivo não circulante (nota 27).

Após o impacto da constituição da reserva legal sobre esta avaliação (R\$ 1.492), a Companhia optou por apropriar o valor líquido encontrado de R\$ 28.367, na Reserva de lucros a realizar por entender que a realização financeira acontecerá em exercícios subsequentes (nota 28).

Na avaliação realizada no imóvel localizado em Campo Alegre, Santana do Araguaia-PA, pela empresa Wdias Engenharia e Assessoria Rural, a Companhia não realizou nenhum registro por entender que o valor justo se aproxima do valor registrado, na primeira avaliação.

19. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo atual	Depreciação acumulada	CONTROLADORA	
								31/12/2012	31/12/2011
								Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		2.689	43			2.732		2.732	2.689
Edifícios e instalações	2% a 4%	590				590	(160)	430	449
Veículos	10% a 20%	1.136	262	(153)		1.245	(557)	688	702
Móveis e utensílios	10%	96	34	(35)	912	1.007	(146)	861	87
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%				1.633	1.633	(146)	1.487	
Obras em andamento		2.947	21	(72)	(2.896)				2.947
Outros	4% a 10%	115			351	466	(47)	419	105
Total		7.573	360	(260)		7.673	(1.056)	6.617	6.979

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo atual	Depreciação acumulada	CONTROLADORA	
								31/12/2011	31/12/2010
								Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		2.407	282			2.689		2.689	2.407
Edifícios e instalações	2% a 4%	590				590	(141)	449	468
Veículos	10% a 20%	1.139	161	(164)		1.136	(434)	702	748
Móveis e utensílios	10%	387	108	(399)		96	(9)	87	138
Obras em andamento			2.947			2.947		2.947	
Outros	4% a 10%	157	4	(46)		115	(10)	105	147
Total		4.680	3.502	(609)		7.573	(594)	6.979	3.908

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo atual	Depreciação acumulada	CONSOLIDADO	
								31/12/2012	31/12/2011
								Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		155.355	16.652		(2.834)	169.173		169.173	155.355
Edifícios e instalações	2% a 4%	36.223	367	(30)	3.045	39.605	(9.610)	29.995	27.456
Equipamentos e acessórios									
acessórios	5% a 33%	6.355	461	(166)		6.650	(3.323)	3.327	3.471
Veículos	10% a 20%	3.444	1.203	(263)		4.384	(1.831)	2.553	1.915
Móveis e utensílios	10%	4.963	623	(463)	911	6.034	(3.405)	2.629	2.207
Pastagens	5%	19.712		(3)		19.709	(4.918)	14.791	15.802
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	5		(3)	1.632	1.634	(146)	1.488	5
Obras em andamento		2.947	51	(347)	(2.575)	76		76	2.947
Outros	4% a 10%	1.869			(179)	1.690	(569)	1.121	1.443
Total		230.873	19.357	(1.275)		248.955	(23.802)	225.153	210.601

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo atual	Depreciação acumulada	CONSOLIDADO	
								31/12/2011	31/12/2010
								Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		142.648	12.707			155.355		155.355	142.648
Edifícios e instalações	2% a 4%	36.188	58	(41)	18	36.223	(8.767)	27.456	28.166
Equipamentos e acessórios									
acessórios	5% a 33%	6.038	425	(108)		6.355	(2.884)	3.471	3.609
Veículos	10% a 20%	3.410	372	(338)		3.444	(1.529)	1.915	1.883
Móveis e utensílios	10%	4.869	839	(745)		4.963	(2.756)	2.207	2.270
Pastagens	5%	19.714		(2)		19.712	(3.910)	15.802	16.809
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	23		(18)		5		5	23
Obras em andamento			2.947			2.947		2.947	
Outros	4% a 10%	1.696	237	(46)	(18)	1.869	(426)	1.443	1.376
Total		214.586	17.585	(1.298)		230.873	(20.272)	210.601	196.784

Neste exercício, as controladas: Equipo, Itaipu e Itaipu Norte adquiriram áreas para construção de futuras instalações.

A Itaipu Norte adquiriu o imóvel onde já se encontrava instalada a sua sede, pelo valor total de R\$ 14.750, com um sinal de R\$ 2.450 e saldo de R\$ 12.300, financiado em 28 parcelas (nota 25).

Em 2012, do total financiado pela vendedora JV Participações em Imóveis Simples Ltda., foram liquidadas 5 parcelas, totalizando R\$ 1.950 e restando um saldo de R\$ 10.350.

Os custos relativos às referidas aquisições, estão a seguir discriminados:

Descrição das propriedades para construção de novas filiais	Controlada	Valor	ITBI	Custas Cartoriais	Total
Imóvel rural, com área de 25.000 m2 denominado "Andorinha" e situado no município de Carapebus-RJ	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 30.937.874/0001-30 Rod. Presidente Dutra, 2351 Vigário Geral - Rio de Janeiro - RJ	750	15	2	767
Imóvel urbano, com área de 4.069,81 m2, situado no Bairro Cidade Verde, município de Betim-MG	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 16.638.413/0001-36 Rod. Fernão Dias - BR-381 nº 4000 Betim - MG	795		5	800
Imóvel urbano, com área de 114.768,00 m2, situado no Bairro São João, Setor IV, município de Marituba-PA.	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 07.959.236/0001-07 Rod. BR-316, Km 11, nº 2.807-A Marituba - BA	14.750	295		15.045
Total		16.295	310	7	16.612

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

20. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

								CONTROLADORA	
								31/12/2012	31/12/2011
	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo atual	Deprec. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		22				22		22	22
Direito ao uso de Software	10%	285				285	(140)	145	192
Total		307				307	(140)	167	214

								CONTROLADORA	
								31/12/2011	31/12/2010
	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo atual	Deprec. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		22				22		22	22
Direito ao uso de Software	10%	221	209	(145)		285	(93)	192	43
Total		243	209	(145)		307	(93)	214	65

								CONSOLIDADO	
								31/12/2012	31/12/2011
	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo atual	Deprec. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		27				27		27	27
Direito ao uso de Software	10%	285				285	(140)	145	192
Fundo de comércio		8.920				8.920		8.920	8.920
Total		9.232				9.232	(140)	9.092	9.139

								CONSOLIDADO	
								31/12/2011	31/12/2010
	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo atual	Deprec. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		27				27		27	27
Direito ao uso de Software	10%	221	209	(145)		285	(93)	192	43
Fundo de comércio		8.920				8.920		8.920	8.920
Total		9.168	209	(145)		9.232	(93)	9.139	8.990

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio refere-se ao valor da “bandeira” adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede ao valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

21. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a pagar a fornecedores	197	270	81.404	33.937
Total	197	270	81.404	33.937

Os saldos de fornecedores estão representados, basicamente, por valores a pagar a Scania Latin-America.

22. CRÉDITOS DE CLIENTES

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Créditos de clientes	4.168	5.626
Total	4.168	5.626

O saldo apresentado refere-se, principalmente, a créditos em decorrência de adiantamento para aquisição de caminhões.

23. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 1.526 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 9.434). O detalhamento do cálculo de dividendo mínimo obrigatório está apresentado na nota explicativa 28.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 09 de fevereiro de 2012, aprovou a distribuição de dividendo complementar no valor de R\$ 6.078 - imputado ao resultado do exercício de 2011 e referendado pela Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012, totalizando o valor de R\$ 15.512.

O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	1.526	9.434
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	813	916
Total	2.339	10.350

24. PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS

A Companhia registrou no resultado deste exercício, como “*perdas em investimentos permanentes*”, o valor de R\$ 5.260. Este valor decorre principalmente da adesão da Superágua ao Programa de Recuperação Fiscal da Receita do Estado do Rio de Janeiro – Refis Estadual/RJ, Lei 6.136, de 28.12.2011, quando contabilizou no primeiro trimestre o valor de R\$ 4.844.

No consolidado, o valor líquido desta adesão está apresentado em “*outras obrigações circulantes*” na linha “ICMS Refis Estadual” (nota 25), pelo valor de R\$ 2.802.

Do total registrado como perda em investimentos permanentes, foi revertido através de aumento de capital, o valor de R\$ 2.298 e baixado o valor de R\$ 178, referente ao saldo do investimento em 31 de dezembro de 2011 (nota 17).

Os valores de Plenogás e Metalplus referem-se, exclusivamente, à provisão para perdas de investimentos nessas coligadas.

	CONTROLADORA			
	SUPERÁGUA	PLENOGÁS	METALPLUS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		403	182	585
Perda em investimentos	5.260		45	5.305
Reversão de perdas em investimentos		(108)		(108)
Aumento de capital	(2.298)			(2.298)
Baixa para perdas (nota 17)	(178)			(178)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.784	295	227	3.306

	CONSOLIDADO		
	PLENOGÁS	METALPLUS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	403	182	585
Perda em investimentos		45	45
Reversão de perdas em investimentos	(108)		(108)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	295	227	522

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES CIRCULANTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
SHV Gás Brasil Participações Ltda.	1.887	1.810	1.887	1.810
ICMS (Refis Estadual/RJ - Lei 6.136, de 28.12.2011)			2.802	
JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda.			5.800	
Outros	184	446	1.113	661
TOTAL	<u>2.071</u>	<u>2.256</u>	<u>11.602</u>	<u>2.471</u>

A Companhia responde, solidariamente, perante *SHV Gás Brasil Participações Ltda.* em processos documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004.

Dentre esses, constam duas ações (NFLD 32.798.011-6 e NFLD 32.708.012-4) originárias de fiscalização do INSS que vinham sendo discutidas na justiça, no âmbito TRF 2ª Região.

Em 2011, considerando a opinião do advogado patrono das causas e os benefícios da Lei nº 11.941/2009, as partes resolveram pela liquidação das referidas ações, em quarenta e uma parcelas mensais, atualizadas pela Selic.

A Companhia, que responde por 63,48% desse montante, contabilizou o valor de R\$ 3.575, do qual já foram liquidadas 19 parcelas, restando um saldo de R\$ 2.252 (R\$ 3.202 – 2011), sendo R\$ 1.175 registrados no circulante e R\$ 1.077 no não circulante.

O valor correspondente a R\$ 1.887 (R\$ 1.810 – 2011), refere-se ao somatório de R\$ 1.175, contabilizado no exercício de 2011 e o valor de R\$ 712, relativo a outros processos, contabilizado em exercícios anteriores.

Conforme informado na nota 19, do saldo de R\$ 10.350 financiado pela empresa *JV Participações em Imóveis Sociedade Simples Ltda.*, o montante de R\$ 5.300 encontra-se registrado no circulante e o valor de R\$ 4.550 no não circulante.

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza trabalhista, cível e tributária, os quais estão pendentes de julgamento. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, mantém provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 1.520 (em 31 de Dezembro de 2010 - R\$ 667), para fazer face a eventuais perdas estimadas em processos judiciais de qualquer natureza.

Os valores relativos aos processos de natureza trabalhista, cível e tributária, considerados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis e remotas, não foram provisionados, em consonância com as normas contábeis brasileiras.

O detalhamento dos processos por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2012 e 2011 pode ser apresentado como segue:

31/12/2012			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária
Prováveis	59	1.461	
Possíveis	1.606	1.983	9.641
Remotas	17	1.563	14.919
	1.682	5.007	24.560
			31.249

31/12/2011			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária
Prováveis		667	
Possíveis		6.000	6.017
Remotas	670		9.430
	670	6.667	15.447
			22.784

27. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda	12.857	1.556	31.482	20.790
Contribuição social	4.629	560	11.328	7.485
Total	17.486	2.116	42.810	28.275

Conforme mencionado na nota 18, de acordo com a legislação em vigor, a Companhia registrou um acréscimo de R\$ 15.382, sendo R\$ 11.311 de imposto de renda e R\$ 4.071 de contribuição social, devido à avaliação realizada no imóvel localizado na Estrada municipal JGR 365 – Jaguariúna-SP, no valor de R\$ 45.243.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social autorizado

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido:

. Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados.

No exercício de 2012 foi realizado o montante de R\$ 872 (em 31 de dezembro de 2011 – R\$ 803).

. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

No exercício de 2012 foi realizado o montante de R\$ 800 (em 31 de dezembro de 2011 – R\$ 763).

. Reserva de lucros

.. Reserva legal

A Companhia constituiu a título de reserva legal o valor de R\$ 1.814 (2011 - R\$ 1.986), conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no estatuto social.

.. Reserva de lucros a realizar

Com fundamento no inciso II do parágrafo 1º do artigo 197 da 6.404/76, a Companhia constituiu R\$ 28.367 de Reserva de lucros a realizar, referente à parcela líquida não realizada da avaliação a valor justo de suas propriedades para investimentos.

Conforme explicitado na nota 18, a companhia teve um ganho econômico no valor de R\$ 45.243 referente a avaliação pelo valor justo de suas propriedades para investimento.

Sobre o resultado dessa avaliação foram calculados tributos diferidos e reserva legal conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA
	31/12/2012
Resultado da avaliação das propriedades para investimentos	45.243
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.382)
Resultado líquido	29.861
Parcela destinada à constituição de reserva legal	(1.492)
Valor destinado à constituição de Reserva de Lucros a Realizar	28.367

.. Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determina o estatuto social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Neste exercício foi destinado o total de R\$ 4.577 (R\$ 28.300 – 2011) para as reservas mencionadas acima.

Foi utilizado o valor de R\$ 6.078, sendo R\$ 3.039 da reserva para garantia de dividendos e R\$ 3.039 da reserva de investimentos, para fazer face à distribuição dos dividendos complementares aprovados em reunião do Conselho de Administração de 09 de fevereiro de 2012, referendado pela Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012.

Foi adicionado no período o valor de R\$ 444, referente a prescrição de dividendos do exercício de 2009.

	CONTROLADORA	
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	34.612	38.154
Realização da reserva de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial	1.672	1.566
Lucro líquido do exercício ajustado	36.284	39.720
Constituição da reserva legal (5%)	(1.814)	(1.986)
Constituição da reserva de lucros a realizar	(28.367)	
Base de cálculo do dividendo obrigatório	6.103	37.734
Dividendos obrigatórios (25%)	1.526	9.434
Total de dividendos propostos	1.526	9.434

.. Dividendo adicional proposto

Neste exercício está sendo proposto, a título de dividendo adicional complementar, o montante de R\$ 13.474, valor este que foi transferido da reserva de garantia para pagamento de dividendos, sujeito a aprovação da assembleia geral ordinária.

29. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

A WLM possui 02 segmentos operacionais, conforme descrito abaixo, que são as suas unidades de negócio estratégicas, onde atua na comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*.

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através das concessionárias de veículos da marca **Scania: Equipo** (*Rio de Janeiro*), **Quinta Roda** (*São Paulo e Minas Gerais*), **Itaipu** (*Minas Gerais*) e **Itaipu Norte** (*Pará e Amapá*), com certificação mundial D.O.S. (*Dealer Operating Standard*) concedida pela Scania, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – por meio da **Fartura** (*Sul do Pará*) e **São Sebastião** (*Norte do Mato Grosso*) atua na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (*região de Campinas/SP*) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (*Sul de Minas Gerais*) na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas.

Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes nos exercícios de 2012 e 2011.

Demonstrativo e conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos reportáveis:

	EXERCÍCIO DE 2012				EXERCÍCIO DE 2011			
	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL
Operações continuadas								
Receita operacional bruta								
Receita de bens		848.564	7.154	855.718		993.488	6.917	1.000.405
Receita de serviços		49.233		49.233		46.825		46.825
Total da receita operacional bruta		897.797	7.154	904.951		1.040.313	6.917	1.047.230
Deduções de receita bruta		(91.928)	(542)	(92.470)		(107.570)	(498)	(108.068)
Receita líquida de vendas e serviços		805.869	6.612	812.481		932.743	6.419	939.162
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(677.765)	(7.367)	(685.132)		(788.381)	(6.076)	(794.457)
Lucro bruto		128.104	(755)	127.349		144.362	343	144.705
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(25.153)	(84.503)	(5.475)	(115.131)	(24.411)	(75.838)	(835)	(101.084)
Outras receitas	57.210	(573)	(516)	56.121	17.015	(1.560)	(303)	15.152
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	32.057	43.028	(6.746)	68.339	(7.396)	66.964	(795)	58.773
Imposto de renda e contribuição social	(15.382)	(13.072)		(28.454)		(20.358)	(1)	(20.359)
Lucro (prejuízo) líquido do período	16.675	29.956	(6.746)	39.885	(7.396)	46.606	(796)	38.414
Operações descontinuadas				(5.273)				(260)
Total	16.675	29.956	(6.746)	34.612	(7.396)	46.606	(796)	38.154

	EXERCÍCIO DE 2012				EXERCÍCIO DE 2011			
	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL
Ativo total de segmentos reportáveis		300.044	179.265	479.309		235.543	182.712	418.255
Outros ativos	178.727			178.727	143.123			143.123
Ativos descontinuados				102				228
Total do Ativo Consolidado	178.727	300.044	179.265	658.138	143.123	235.543	182.712	561.606
Passivo total de segmentos reportáveis		300.044	179.265	479.309		235.543	182.712	418.255
Outros passivos	178.727			178.727	143.123			143.123
Passivos descontinuados				102				228
Total do Passivo Consolidado	178.727	300.044	179.265	658.138	143.123	235.543	182.712	561.606

O segmento automotivo é o principal elemento de avaliação do resultado do desempenho da Companhia.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração.

30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Honorários, salários e encargos	18.021	15.029	72.596	63.789
Serviços de terceiros	926	1.066	4.737	4.837
Manutenção predial e outros	71	70	3.220	3.102
Benefícios a empregados *	1.217	968	9.029	7.643
Aluguéis	1.487	1.159	2.507	2.325
Condução, viagens e estadas	157	120	3.866	3.105
Impostos, taxas e contribuições	925	751	1.807	1.357
Comunicações	180	117	1.593	1.559
Frota própria	122	120	647	563
Frete de terceiros			2.829	2.402
Manutenção de máquinas e equipamentos	49	85	1.216	1.162
Despesas com seguros	57	39	293	238
Anúncios e publicações	324	377	472	490
Propaganda, promoção e representação			783	587
Multas	8	17	73	21
Manutenção de obras de infraestrutura	2	1	170	211
Mortes e perdas			566	886
Outros	1.075	208	6.581	5.284
Total	24.621	20.127	112.985	99.561

(*) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

A Companhia adota como prática o pagamento de adicional por tempo de serviço para seus funcionários, tendo como base o período proporcional à data de admissão. Esse pagamento ocorre quando do gozo de férias de cada funcionário, considerando o salário base do mesmo.

Período	Percentual sobre o salário base
3 anos	40%
4 anos	50%
5 a 9 anos	75%
10 a 15 anos	85%
Após 15 anos	105%

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física, bem como não existem pagamentos com base em ações da Companhia.

31. RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aplicação financeira	9.355	13.192	13.104	18.220
Descontos obtidos		1	176	104
Atualização monetária	532	3.119	855	3.124
Variação cambial	965	1.105	965	1.330
Juros diversos			549	444
Outras			2	17
Total	10.852	17.417	15.651	23.239

32. DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Juros	12	3	5.130	5.467
Descontos concedidos				1.758
Atualização monetária	232	171	523	558
Variação cambial	582	650	582	650
IOF				7
Rend. Negativo - Aplic. Estrangeira	165	88	165	87
Despesas bancárias	17	24	47	442
Total	1.008	936	6.447	8.969

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo: 15% acrescidos de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa temporariamente não dedutível ou exclusões de receita provisoriamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários.

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IMPOSTO DE RENDA				
Lucro antes do imposto de renda	4.676	38.171	43.995	102.876
Alíquota fiscal combinada de imposto de renda	15%	15%	15%	15%
Imposto de renda pela alíquota fiscal combinada	(701)	(5.726)	(6.599)	(15.431)
ADIÇÕES				
Reserva de reavaliação utilizada	(1)	(1)	(200)	(208)
Gratificações diretoria/encargos FGTS	(338)	(135)	(686)	(213)
Avaliação de investimentos em coligadas			(108)	(33)
Depreciação - Lei nº 11.638			(30)	(20)
Correção especial			(4)	(2)
Juros sobre capital próprio	(1.168)	(955)	(1.168)	(955)
Provisão para perdas em coligadas	(796)	(22)	(796)	(22)
Multas dedutíveis			(132)	(1)
Provisão para contingências		(27)		(27)
Doações			(41)	
Baixa de investimentos				(19)
Outras Adições	(6.090)		(8)	(6)
EXCLUSÕES				
Equivalência patrimonial	3.707	6.913	3.707	6.913
Ganho de participação em controladas	10		10	
Reversão da provisão para perdas em coligadas	18	9	18	9
Juros sobre capital próprio			1.168	955
PAT			236	350
Exclusão do limite para aplicação do adicional do imposto de renda			(3.844)	(6.022)
Resultado	724	56	(8.477)	(14.730)
Compensação 100% com base negativa períodos anteriores			18	48
Imposto de renda corrente			(9.519)	(14.849)
Imposto de renda diferido	(11.311)		(11.311)	
Imposto de renda apresentado	(11.311)		(20.830)	(14.849)
Alíquota efetiva			21,64%	14,43%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<u>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>				
Lucro antes da contribuição social	4.676	38.171	43.995	102.876
Alíquota fiscal combinada da contribuição social	9%	9%	9%	9%
Contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(421)	(3.435)	(3.960)	(9.259)
<u>ADIÇÕES</u>				
Reserva de reavaliação utilizada		(1)	(120)	(125)
Depreciação - Lei nº 8.200/91 - IPC 90		(2)	(12)	(15)
Gratificações diretoria / encargos FGTS	(203)	(81)	(411)	(128)
Avaliação de investimentos em coligadas			(65)	(20)
Depreciação - Lei nº 11.638			(18)	(13)
Juros sobre Capital Próprio	(701)	(573)	(701)	(573)
Provisão para perdas em coligadas	(477)	(13)	(477)	(13)
Multas indedutíveis			(79)	
Provisão para contingências		(16)		(16)
Doações			(25)	
Baixa de investimentos				(11)
IR e CSLL exercício anterior			(2)	
Outras adições	(4)		(6)	(3)
<u>EXCLUSÕES</u>				
Equivalência patrimonial	2.224	4.148	2.224	4.148
Ganhos de participação em controladas	6		6	
Reversão da provisão para perdas em coligadas	11	6	11	6
Juros sobre Capital Próprio			701	573
Resultado	435	32	(2.935)	5.450
Compensação 100% com base negativa períodos anteriores			11	34
Contribuição social corrente			(3.552)	(5.510)
Contribuição social diferida	(4.071)		(4.071)	
Contribuição social apresentada	(4.071)	32	(7.624)	(5.510)
Alíquota efetiva			8,07%	5,36%

34. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores está apresentada uma parte na rubrica de honorários da Administração e outra na rubrica de salários e encargos.

O quadro abaixo demonstra o valor da remuneração nos dois últimos exercícios:

ÓRGÃO		REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO					
		31/12/2012			31/12/2011		
		Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
		Salário	Bônus *		Salário	Bônus *	
Diretoria Executiva	2	3.887	2.914 **	6.801	3.693	1.315	5.008
Conselho de Administração	3	4.735		4.735	4.729		4.729
Conselho Fiscal	3	439		439	281		281
Total da remuneração	8	9.061	2.914	11.975	8.703	1.315	10.018

(*) Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

(**) Inclui R\$ 1.505 referentes à provisão para pagamento em 2013.

35. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício.

No caso da WLM, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do lucro por ação com base no lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO						
Lucro básico por ação	31/12/2012			31/12/2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Ações em circulação	3.314.244	3.968.690	7.282.934	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Total de ações em circulação	3.314.244	3.968.690	7.282.934	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	15.750.756,47	18.860.973,93	34.611.730,40	17.362.519,50	20.791.003,17	38.153.522,67
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	4,75	4,75		5,24	5,24	

36. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia resgatou no exercício todas as suas operações e moeda estrangeira, conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 que estavam sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras.

(ii) Análise de sensibilidade

Tendo em vista o resgate de todas as suas operações em moeda estrangeira, a Companhia não realizou neste exercício a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros em risco de moeda estrangeira.

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/“swap” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

(iv) Valor justo versus valor contábil

A Administração entende que o valor contábil dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial está demonstrado com razoável aproximação ao valor justo.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 8. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras conforme apresentado nas notas explicativas 7 e 8.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários – CDBs e Fundos de Investimentos (nota explicativa 8) como ativos financeiros disponíveis para venda, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas controladas, possuem seguros contratados para veículos, bem como para as suas instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2012 totaliza, aproximadamente, R\$ 44.906 (R\$ 43.800 – 2011), quantia considerada suficiente, pela Administração da Companhia e seus corretores de seguros, para cobertura dos seus riscos operacionais.

		CONSOLIDADO	
ITEM	TIPO DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	
Bens, benfeitorias e máquinas	Quaisquer danos materiais, edificações, máquinas, equipamentos, tais como: incêndios, queda de raios e explosão; danos elétricos; roubo ou furto qualificado de bens; vendaval, furacão, ciclone, tomado e granizo; e responsabilidade civil.	R\$	14.690
Veículos	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R\$	30.216
		R\$	44.906

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

* * *

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

A DIRETORIA

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
Diretor Presidente

LUIZ FERNANDO LEAL TEGON
Diretor Vice-Presidente e
de Relações com Investidores

ÁLVARO VERAS DO CARMO
Contador - CRC/RJ 43.910/O-6